



Oppens
Sociedade de Empréstimo
entre Pessoas S.A.

Demonstrações Financeiras
do semestre e exercício findo em
31 de dezembro de 2024
e
Relatório dos Auditores
Independentes





Oppens
Sociedade de Empréstimo entre Pessoas S/A
(CNPJ 44.064.062/0001-00)

Demonstrações Financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

<u>Conteúdo</u>	<u>Página</u>
Relatório dos Auditores Independentes	02
Relatório da Administração.....	06
Balanço Patrimonial.....	07
Demonstrações do resultado	08
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	09
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	10
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Oppens Sociedade de Empréstimo entre Pessoas S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as Demonstrações Financeiras da Oppens Sociedade de Empréstimo entre Pessoas S.A. ("Oppens SEP") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Oppens Sociedade de Empréstimo entre Pessoas S.A, em 31 de dezembro de 2024 e o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício e semestres findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras".

Somos independentes em relação a Oppens SEP de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Os saldos do exercício e semestre findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação nestas demonstrações financeiras, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, em 22 de abril de 2024, sem modificações.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Oppens SEP é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as Demonstrações Financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas Demonstrações Financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações Financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Oppens SEP continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Oppens SEP ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados as circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Oppens SEP.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração da Oppens SEP.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Oppens SEP. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Oppens SEP a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Financeiras, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2025

PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES

CRC.SP. N°. 2SP 14.712/O-2



Heitor Piovam

Contador CRC ISP 331.721/O-6



Valter Piovam

Contador CRC ISP 146.651/O-0

Relatório da Administração

A Administração da Oppens Sociedade de Empréstimo entre Pessoas S/A ("Oppens SEP") em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta as Demonstrações Financeiras do semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das respectivas notas explicativas bem como do relatório dos auditores independentes.

A Oppens SEP S.A adota política de gestão corporativa de acordo com as normas emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN) e com as melhores práticas de mercado buscando aprimorar continuamente seu modelo de gestão, guiado pelas diretrizes da sustentabilidade e pelos princípios da ética, da transparência, do respeito, da responsabilidade na condução dos negócios e da equidade no relacionamento com todos os seus parceiros e clientes.

Em conformidade com a Resolução 162/22, informamos que a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Financeiras para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foi contratada para a prestação de outros serviços à Oppens SEP que não sejam os de auditoria independente.

Em observância às disposições constantes da Resolução 80/22, a Diretoria da Oppens SEP declara que discutiu, reviu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, assim como que reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A Administração da Oppens SEP agradece aos acionistas, investidores, clientes e fornecedores e à comunidade financeira o indispensável apoio e a confiança depositada, assim como aos nossos profissionais que tornaram possível tal desempenho.

Brasília-DF, 31 de março de 2025

A Administração

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
E DO EXERCÍCIO FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
EM REAIS (R\$)**1. Contexto Operacional**

A Oppens Sociedade de Empréstimo entre Pessoas S.A. (“Oppens SEP” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em Brasília/DF na SBN QUADRA 2, Sala 409, Bloco F, Asa Norte, 72010-120, organizada sob a forma de Sociedade de Empréstimo entre Pessoas (SEP) autorizada pelo Banco Central em 27 de outubro de 2022 com publicação no Diário Oficial da União em 4 de novembro de 2022, de acordo com a Resolução no 4.656 de 26 de abril de 2.018 que disciplina a realização de operações de empréstimo e financiamento entre pessoas por meio de plataforma eletrônica online, conectando pessoas e empresas que necessitam de empréstimos a investidores, tornando este processo mais rápido, eficiente e justo no modelo *marketplace peer to peer lending*.

2. Base para elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras da Oppens SEP foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações no 6.404/76, com alterações introduzidas pela Lei no 11.638/07 e Lei no 11.941/09, em consonância, quando aplicável, com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Essas demonstrações foram elaboradas considerando o pressuposto da continuidade, em que a Administração avalia a capacidade operacional no futuro previsível por meio de planejamento anual, fluxos de caixa e revisão dos controles e responsáveis pela governança. As contas do balanço patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade. A Administração entende que essa forma de apresentação proporciona informação mais relevante e confiável aos leitores destas Demonstrações Financeiras.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer a adoção de estimativas, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e sobre receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

O CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo CMN. A Administração da Sociedade estuda os impactos da adoção do IFRS 9 na aplicação e divulgação para suas demonstrações financeiras.

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Administração em 31 de março de 2025.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
E DO EXERCÍCIO FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
EM REAIS (R\$)**3. Principais práticas contábeis adotadas**

As principais práticas contábeis na preparação das Demonstrações Financeiras foram:

- a. As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Oppens SEP.
- b. O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, “pro rata” dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.
- c. Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações interfinanceiras de liquidez, com prazo de vencimento original igual ou inferior a noventa dias, sendo o risco insignificante de mudança de valor justo.
- d. Os bens e direitos, classificados no imobilizado, são registrados pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear às taxas anuais, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.
- e. Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidências de que tenha ocorrido redução de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é reconhecida uma perda, ajustando o valor contábil líquido. As perdas por impairment, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.
- f. Outros ativos e passivos são demonstrados pelo seu valor de realização, incluindo, quando aplicável, juros e variações monetárias ou cambiais, incorridos em base “pro rata” dia.
- g. O encargo do imposto de renda é calculado à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro que exceder R\$ 240.000 no ano. A contribuição social é apurada sobre o lucro ajustado, na forma da legislação vigente, a alíquota de 9%, estabelecida pelo artigo 3o da Lei nº 7.689/88. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal.
- h. Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são reconhecidos, mensurados e divulgados, da seguinte forma:
 - i. **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
 - ii. **Contingências passivas** - são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
E DO EXERCÍCIO FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
EM REAIS (R\$)

- iii. **Obrigações legais** (Fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente, de acordo com a sua probabilidade de perda.
- i. O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações do capital social integralizado nas datas das Demonstrações Financeiras.
- j. Uso de estimativas contábeis - A preparação das Demonstrações Financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como:
- (i) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado;
 - (ii) amortização de intangível;
 - (iii) avaliação de instrumentos financeiros;
 - (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes.

Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

- k. Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos sendo: (i) os títulos de renda fixa, atualizados com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos de seus respectivos vencimentos; (ii) as ações, atualizadas com base na cotação média informada por Bolsa de Valores onde são mais negociadas; e (iii) as aplicações em fundos de investimento, atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores. Os títulos e valores mobiliários estão nas seguintes categorias:
- Títulos para negociação - são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado.
 - Títulos disponíveis para venda - são os títulos e valores mobiliários os quais não foram adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e que a Administração não tem intenção de mantê-los até o vencimento. Os ajustes ao valor de mercado (ganhos e perdas não realizados) são registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Esses ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado quando efetivamente realizados.
 - Títulos mantidos até o vencimento - são os títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção e capacidade financeira para manutenção em carteira até a data de seus respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
E DO EXERCÍCIO FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
EM REAIS (R\$)**I. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

O Imposto de renda e a contribuição social são calculados de acordo com a legislação tributária brasileira, lucro real, nas bases estabelecidas neste regime à taxa de 15% de imposto de renda, com adicional de 10% sobre o excedente à R\$ 240.000,00 e 9% de contribuição social.

Os créditos tributários são calculados com base nas alíquotas vigentes, incidente sobre as bases de prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL.

4. Caixa e Equivalentes de caixa e Títulos e Valores Mobiliários**4a) Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos da seguinte forma:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Conta corrente	4.884	132
	<u>4.884</u>	<u>132</u>

4b) Títulos de Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2024, a composição dos títulos e valores mobiliários estavam distribuídas em certificados de depósitos bancários, conforme demonstrado abaixo:

		Valor Justo	Valor Justo
		<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Banco Inter	CDB POS	201.387	166.525
Banco do Brasil	CDB DI	266.678	1.124.140
Banco BTG	CDB DI	265.089	-
Banco BRB	CDB DI	263.956	-
Banco ITAÚ	CDB DI	267.385	-
		<u>1.264.495</u>	<u>1.290.665</u>

O valor justo dos ativos classificados em títulos e valores mobiliários refere-se a cota valorizada informada pela Instituição emissora do título e reconhecida como receitas no resultado do período.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
E DO EXERCÍCIO FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
EM REAIS (R\$)

5. Imobilizado e Intangível
5.a Imobilizado, líquido

Em 31 de dezembro de 2024, o imobilizado estava composto conforme abaixo:

	% depreciação	Saldo em 31/12/2023	Aquisição	Saldo em 30/06/2024	Aquisição	Saldo em 31/12/2024
Custo						
Móveis e utensílios		9.263	570	9.833	-	9.833
Computadores e periféricos		11.121	-	11.121	4.171	15.292
		<u>20.384</u>	<u>570</u>	<u>20.954</u>	<u>4.171</u>	<u>25.125</u>
Depreciação						
Móveis e utensílios	10%	(126)	(463)	(589)	(472)	(1.061)
Computadores e periféricos	20%	(228)	(1.113)	(1.341)	(1.577)	(2.918)
		<u>(354)</u>	<u>(1.576)</u>	<u>(1.930)</u>	<u>(2.049)</u>	<u>(3.979)</u>
Total Imobilizado líquido		<u>20.030</u>	<u>(1.006)</u>	<u>19.024</u>	<u>2.122</u>	<u>21.146</u>

5.b intangível

O valor de intangível se refere às despesas realizadas com a contratação de prestadores de serviços para o desenvolvimento da plataforma de crédito da Oppens SEP. Em 31 de dezembro de 2024 o Intangível estava composto pelos seguintes valores:

	% amortização	Saldo em 31/12/2023	Aquisição	Saldo em 31/12/2024
Custo				
Plataforma website		5.000	15.000	20.000
		<u>5.000</u>	<u>15.000</u>	<u>20.000</u>
Amortização				
Plataforma website		-	-	-
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total Intangível		<u>5.000</u>	<u>15.000</u>	<u>20.000</u>

Em dezembro de 2024 a plataforma estava em fase final de homologação e testes e, portanto, ainda não foram iniciadas as amortizações pelo prazo de vida útil que se espera retornos financeiros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
E DO EXERCÍCIO FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
EM REAIS (R\$)

6. Obrigações tributárias

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Provisão para IRPJ	-	19.092
Provisão para CSLL	-	12.251
COFINS a Recolher	496	10.292
PIS a Recolher	84	1.674
IOF sobre transações a recolher	40	6
PIS/COFINS/CSLL retidos a recolher	67	23
ISS a Recolher	41	16
IRRF a Recolher	306	-
	<u>1.034</u>	<u>43.354</u>

7. Provisão para demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a Sociedade não era parte de processos judiciais envolvendo questões cíveis, trabalhistas e tributárias.

8. Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 dezembro de 2023, o capital social é de R\$ 1.200.000, está representado por 1.200.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, conforme legislação vigente.

9. Receita operacional líquida

	<u>semestre findo em 31.12.2024</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Intermediação de empréstimos	2.651	9.389	325
Operações com TVM	56.595	115.623	145.908
Total receita bruta	<u>59.246</u>	<u>125.012</u>	<u>146.233</u>
(-) COFINS sobre receitas financeiras	(2.247)	(4.608)	(6.785)
(-) COFINS	(203)	(718)	(25)
(-) PIS	(409)	(901)	(5)
(-) ISS	(182)	(519)	(16)
Total descontos	<u>(3.041)</u>	<u>(6.746)</u>	<u>(6.831)</u>
Receita Líquida	<u>56.205</u>	<u>118.266</u>	<u>139.402</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
E DO EXERCÍCIO FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
EM REAIS (R\$)

10. Despesas Gerais e Administrativas

		semestre findo em 31.12.2024	2024	2023
Despesas com pessoal				
Salários	(i)	(33.072)	(63.995)	-
Encargos	(i)	(19.325)	(30.273)	-
Benefícios	(i)	(1.696)	(3.290)	-
		(54.093)	(97.558)	-
Despesas gerais				
Serviços de terceiros	(i)	(63.184)	(113.933)	(32.314)
Alimentação		(5.818)	(12.452)	-
Aluguéis		(6.345)	(15.293)	(17.213)
Energia elétrica e telefone		(1.435)	(1.946)	(5.978)
Depreciações		(2.049)	(3.625)	(159)
Despesas com viagens		-	-	-
Combustível		-	-	(100)
Taxas diversas		(1.681)	(4.622)	(3.238)
Outros		(2.727)	(3.371)	(3.511)
		(83.239)	(155.242)	(62.513)
Despesas gerais e administrativas		(137.332)	(252.800)	(62.513)

(i) Composto principalmente por serviços contábeis, jurídicos e de tecnologia.

11. Receitas e despesas financeiras

		semestre findo em 31.12.2024	2024	2023
Receitas financeiras				
Descontos financeiros		391	614	113
		391	614	113
Despesas financeiras				
Juros passivos		(173)	(1.073)	(900)
Tarifa bancária		(3.407)	(5.534)	(422)
Despesas com IOF		(256)	(864)	(29)
Outros		(966)	(966)	(8.326)
		(4.802)	(8.437)	(9.677)
Receitas e despesas		(4.411)	(7.823)	(9.564)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
E DO EXERCÍCIO FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
EM REAIS (R\$)

12. Gerenciamento de capital e acordo de Basileia (Não auditado)

A Oppens SEP é optante pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5), de que trata a Resolução CMN 4.606/17, sendo pertencente ao Grupo II, composto pelas instituições não bancárias de atuação em concessão de crédito, exceto agências de fomento, segundo o mesmo normativo.

Desta forma, a Oppens SEP está classificada no Segmento S5, nos termos da Resolução CMN 4.553/2017 que trata da segmentação das instituições financeiras para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial, cujo objetivo é o de promover a eficiência do SFN (Sistema Financeiro Nacional), mantendo aderência aos Acordos de Basileia.

Ao optar pela metodologia do Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5) e pertencente ao Grupo II, a Oppens SEP deve manter permanentemente o seu Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5) em valor superior a 15% do montante dos Ativos Ponderados pelo Risco na Forma Simplificada (RWAS5), como definido na Resolução CMN 4.813/2020.

Adicionalmente, a Oppens SEP deve observar e manter limite mínimo de R\$ 1 milhão em relação ao Capital Social Integralizado e Patrimônio Líquido, conforme estabelecido pela Resolução CMN 4.656/2018, que dispõe sobre a sociedade de crédito direto e a sociedade de empréstimo entre pessoas.

As exigibilidades e o cumprimento dos requerimentos de capital da Oppens SEP são demonstrados no quadro a seguir:

	semestre findo em 31.12.2024	2024	2023
Patrimônio de Referência (PRS5)	1.215.141	1.329.602	1.232.611
Ativos Ponderados pelo Risco (RWAS5)	578.138	671.449	645.359
Risco de Crédito (RWARCSimp)	578.138	671.449	645.359
Risco Operacional (RWAROSimp)	-	-	-
Risco de Câmbio (RWACAMSimp)	-	-	-
Requerimento mínimo PRS5	98.283	106.368	109.711
Margem / (Falta)	1.116.858	1.205.572	1.205.572
Requerimentos Res. 4.656	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Capital Social	1.200.000	1.200.000	1.200.000
Margem / (Falta) Capital Social	200.000	200.000	200.000
Patrimônio Líquido	1.215.141	1.329.602	1.315.827
Margem / (Falta) Patrimônio Líquido	215.141	329.602	315.827
Índice da Basileia	101,26%	109,75%	102,72%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
E DO EXERCÍCIO FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2023
EM REAIS (R\$)

Estrutura de Gerenciamento de Capital: a Resolução CMN 4.606/2017 estabelece, entre outros requerimentos, que a estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos das instituições enquadradas no Segmento S5 deve prever o monitoramento dos níveis de capital.

Desta forma, a Oppens SEP estabeleceu políticas e procedimentos específicos de gerenciamento de capital que incluem, entre outros, a apuração mensal do capital requerido em função dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWAS5) e projeções recorrentes das necessidades de capital, considerando os resultados projetados e as obrigações societárias com os acionistas.

13. Gerenciamento de riscos

(a) Estrutura

A estrutura de gerenciamento contínuo de riscos, desenvolvida e implantada pela Oppens SEP, é composta por políticas e procedimentos, incluindo os papéis e responsabilidades dos diferentes níveis da Instituição, que tem por objetivos identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos a que a organização está exposta na execução das suas atividades, visando garantir a consecução dos seus objetivos e a sustentabilidade dos seus negócios.

A Oppens SEP está classificada no Segmento S5 para efeito de aplicação proporcional da regulação prudencial, nos termos da Resolução CMN 4.553/17, e a sua estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o seu modelo de negócio, com a natureza das suas operações e com a complexidade dos seus produtos, serviços, atividades e processos, sendo também adequada ao seu perfil de riscos.

A gestão de riscos é parte integrante da Governança Corporativa da organização, onde insere-se a sua estrutura de gerenciamento para os riscos financeiros (crédito, liquidez e mercado) e riscos não financeiros (operacional, regulatório e socioambiental), os quais contam com processos e procedimentos específicos de gerenciamento. Completando a estrutura, estão as políticas e procedimentos de gerenciamento de capital, conforme descrito na Nota Explicativa nº 11.

Cada fator de risco mencionado conta com os seus processos de mapeamento e gerenciamento, conforme descrito a seguir:

i. Risco de liquidez

Define-se o risco de liquidez como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Os procedimentos relacionados ao risco de liquidez estabelecem limites mínimos de ativos líquidos em face aos fluxos de caixa projetados, assim como define quais instrumentos financeiros devem ser considerados como ativos líquidos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
E DO EXERCÍCIO FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
EM REAIS (R\$)**ii. Risco de mercado**

Define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição.

Considerando as definições da Resolução CMN 4.606/2017, relacionadas aos requisitos de enquadramento e manutenção da Oppens SEP no Segmento S5, não são permitidas a contratação e manutenção de quaisquer instrumentos que possam gerar riscos de mercado, notadamente riscos de câmbio, ações e commodities.

iii. Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Neste fator de risco estão incluídos os riscos cibernéticos.

Os riscos operacionais da organização são classificados de acordo com a sua natureza e contam com procedimentos de monitoramento, avaliação e comunicação formalizados, incluindo eventuais perdas decorrentes.

Adicionalmente, a Oppens SEP conta com Plano de Contingência e de Continuidade de Negócios, devidamente formalizado e implantado, que define as categorias de contingências e os procedimentos específicos de cada uma delas, visando mitigar os riscos de descontinuidade nos negócios da organização.

iv. Risco socioambiental

Conforme descrito pela Resolução CMN4.945/21, define-se risco socioambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais que venham a ser causados pelas atividades da Instituição financeira.

Ao realizar a intermediação de empréstimos e financiamento entre pessoas, a Instituição está exposta ao risco de indiretamente fomentar pessoas ou atividades que provocam ou possuem potencial de provocar danos socioambientais e, conseqüentemente, à reputação da Instituição.

Neste sentido, a Oppens SEP adota políticas e procedimentos de "Conheça seu Cliente - KYC" que visam mitigar os riscos socioambientais da organização, associado às operações intermediadas.

v. Risco regulatório

O risco regulatório ou legal pode ser definido como as perdas incorridas e/ou sanções sofridas pela Instituição decorrentes do descumprimento de dispositivos regulatórios ou legais.

Visando mitigar estes riscos, a Oppens SEP adota políticas e procedimentos específicos para o acompanhamento de novas leis e regulamentos aplicáveis às suas atividades, bem como alterações nos existentes, buscando a permanente conformidade com as leis e regulamentos pertinentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
E DO EXERCÍCIO FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
EM REAIS (R\$)**14. Transações com partes relacionadas**

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância o Pronunciamento Técnico - CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas. A Administração da Instituição não possui transações com partes relacionadas.

15. Serviços contratados junto aos auditores independentes

Informamos que a empresa contratada para auditoria independente das Demonstrações Financeiras, a Planners Auditores Independentes, não prestou outros serviços, no período compreendido entre a contratação e a entrega do relatório final, que não sejam de auditoria externa.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, nos quais o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

16. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras da Instituição foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e aprovados pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

A Administração da Instituição declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Instituição na sua gestão.

17. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes após a data de encerramento do período findo em 31 de dezembro de 2024.

Brasília, 31 de março de 2025.

paulo.bissacot@oppens.com.br

Assinado

Paulo Roberto Penteadó Bissacot
D4Sign Diretor
CPF: 027.025.728-47

Teste 1 pdf

Código do documento b80daadd-7c27-4af9-b655-c8e3dc0d6cf7



Assinaturas



PAULO ROBERTO PENTEADO BISSACOT
paulo.bissacot@opens.com.br
Assinou



Eventos do documento

07 Apr 2025, 16:07:12

Documento b80daadd-7c27-4af9-b655-c8e3dc0d6cf7 **criado** por ANDRÉ LUÍS LEITE PENTEADO BISSACOT (c912d127-242f-43ec-82b2-0d26292c9489). Email: andre@maiu.com.br. - DATE_ATOM: 2025-04-07T16:07:12-03:00

07 Apr 2025, 16:07:33

Assinaturas **iniciadas** por ANDRÉ LUÍS LEITE PENTEADO BISSACOT (c912d127-242f-43ec-82b2-0d26292c9489). Email: andre@maiu.com.br. - DATE_ATOM: 2025-04-07T16:07:33-03:00

07 Apr 2025, 16:16:31

PAULO ROBERTO PENTEADO BISSACOT **Assinou** - Email: paulo.bissacot@opens.com.br - IP: 189.72.210.125 (189-72-210-125.user3p.v-tal.net.br porta: 37156) - **Geolocalização: -15.785846 -47.8787076** - Documento de identificação informado: 027.025.728-47 - DATE_ATOM: 2025-04-07T16:16:31-03:00

Hash do documento original

(SHA256):2f9bbc5f515ba991b7285f0d22c7dbcf7ab8d740014f467e6c554ea74cde8046
(SHA512):67e33877fc34ec3cca69a45f549a23f2b234f98abecf8303ba2ae7dd196d1a14af3d4527e035d667ba9f8047825ee2a2a848294833c564fcf3622f57bce92374

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.